

Doce fel da minero-dependência nas cidades mineiras: Brumadinho e Itabira em perspectiva

Bittersweet mining dependency in Minas Gerais towns: Brumadinho and Itabira in perspective

Frederico Dornellas Martins Quintão [I]
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio [II]
André Luiz Freitas Dias [III]

Resumo

Este artigo analisa Brumadinho e Itabira, problematizando as possibilidades de superação da dependência econômica, social, política e cultural que marca a relação de suas populações com a mineração. A discussão mobiliza estudos críticos advindos do decolonialismo e pós-desenvolvimento para a análise do extrativismo e da minero-dependência, uma relação de dominação que extrapola o campo econômico e atravessa relações políticas, sociais e subjetividades das populações dessas cidades. Trata-se de um estudo no campo da pesquisa qualitativa, marcado pelo envolvimento dos pesquisadores com movimentos locais de resistência e valorização de outras formas de existência nessas cidades, não dependentes da mineração. Nos resultados, são apontadas as mazelas que a atividade mineradora tem trazido para essas cidades, bem como as possibilidades de superação dessa dependência.

Palavras-chave: extrativismo; pós-desenvolvimento; minero-dependência; Brumadinho; Itabira.

Abstract

This paper analyzes Brumadinho and Itabira, discussing possibilities of overcoming the economic, social, political, and cultural dependency that marks the relationship between their populations and mining. The discussion mobilizes critical studies arising from decolonialism and post-development to analyze extractivism and mining dependency, a relationship of domination that goes beyond the economic field and crosses political and social relationships, as well as the subjectivities of these populations. This qualitative study is marked by the researchers' involvement with local resistance movements that value other forms of existence in these cities, not dependent on mining. In the results, the problems that the mining activity has brought to these cities are pointed out, as well as possibilities of overcoming this dependency.

Keywords: *extractivism; post-development; mining dependency; Brumadinho; Itabira.*



Introdução

Em 25 de janeiro de 2019, aconteceu uma nova tragédia-crime no setor mineral brasileiro. Dessa vez, a cidade de Brumadinho, em Minas Gerais, foi o contexto no qual mais uma barragem de rejeitos de mineração se rompeu, ceifando vidas humanas e a vida animal e vegetal. Evento trágico acontecido poucos anos depois do também crime perpetrado por uma corporação mineradora em Mariana, também em Minas Gerais; esse segundo ato de destruição causou ainda mais perplexidade pela recorrência.

No entanto, quando investigações fundadas na perspectiva crítica em estudos organizacionais voltam seus olhares para a realidade e o cotidiano (Certeau, 1994) de territórios dos quais a mineração constitui sua história, sobretudo no estado que leva em seu nome a herança e a memória mineradora, Minas Gerais, a recorrência dessa necropolítica assassina de várias formas de vida se torna menos surpreendente, ainda que não deixe de despertar em todos os sujeitos investigadores, comprometidos com a pesquisa voltada à transformação social, a perplexidade, a indignação e aquilo que Teotônio Vilela chamava de “ira santa” nas lutas sociopolíticas.

Quando se acessam as pesquisas e as reflexões realizadas por vários pesquisadores baseados na América Latina, como Araóz (2020), Svampa (2019), Acosta (2006) e Gudynas (2009), que recorrem em maior ou menor proporção a uma clivagem decolonial em suas análises, descortina-se uma tragédia de expansão do extrativismo e de suas utopias desenvolvimentistas. Isso permite a compreensão de que extrativismo, grandes empreendimentos corporativos e estratégias organizacionais fundadas, consciente e inconscientemente, na

necropolítica são marcas indeléveis da história latino-americana, do que se chama de desenvolvimento em vários países desse continente e também e sobretudo das Minas Gerais.

Ponto nodal para que as incursões produtivas produzam grandes impactos negativos nos territórios é a cumplicidade do estado para isso (Gudynas, 2009). Mesmo governos progressistas da América Latina se encontram no meio de um dilema: favorecer as atividades extrativistas que incham a arrecadação financeira com impostos ou atender às demandas da população com relação a violações de direitos, escassez de água, remoção de pessoas ou rompimentos de barragem?

Não obstante, esse é o mesmo dilema da agenda neoliberalista, em deixar que o setor privado faça a gestão dos corpos e territórios. Até mesmo as obrigações do estado em melhorar as condições de vida locais não são executadas, uma vez que também se espera das empresas que as práticas de responsabilidade social equacionem as contradições que elas mesmas produzem. Entretanto, autores como Banerjee (2008) e Acserald (2018) reforçam que essas ações são feitas de forma política e produzem mais ganhos financeiros para as empresas que benesses para a população local.

Conflitos territoriais advindos das forças produtivas também são estudados por diferentes investigadores do campo dos estudos críticos em gestão, que se preocupam em elucidar os mecanismos que grandes empresas adotam para maximizar seus lucros: externalizar custos, uso de violência, geração de valor para grupos minoritários, discrepância entre bem-estar social e crescimento econômico, controle de narrativas das resistências e fraqueza estatal (Banerjee, 2008 e 2007; Chowdhury, 2019; Temper et al., 2018).

Assume-se, na presente pesquisa, que, nos territórios nos quais a presença da mineração é recorrente, desenvolve-se a chamada minero-dependência, um fenômeno que não se resume à dependência econômica da atividade de mineração (Coelho, 2012 e 2017), mas também se relaciona ao exercício de um poder de sedução, envolvimento socioemocional, afetivo e cultural que consolida o desenvolvimento por meio da mineração como história, memória e destino, quase inquestionável, em direção a um futuro de modernização, que nunca chega ou chegou a esses territórios ao redor do mundo.

Porém, onde poderes se constituem, se erigiram também contrapoderes, mesmo em condições e contextos desfavoráveis para às lutas sociopolíticas (Banerjee, 2007; Chewinsky, 2019; Temper et al., 2018). Muitas das lutas, resistências e contenções de indivíduos, comunidades, coletivos, movimentos e diferentes formas de se organizar a luta sociopolítica estão presentes em distintas formas de existência nos territórios que têm a mineração em seu seio. No cotidiano desses territórios, encontram-se comunidades e formas de vida que são rotuladas, estereotipadas e discriminadas como arcaicas, não modernas, não desenvolvidas, atrasadas e fadadas ao desaparecimento para que o suposto desenvolvimento advindo do extrativismo e da mineração se implante em definitivo nos territórios (Zhourri e Laschefski, 2010; Dias e Oliveira, 2018).

O presente artigo, que se funda na pesquisa qualitativa de natureza engajada, busca compreender como formas de vida, existência e resistência têm se organizado no cotidiano desses territórios em face da minero-dependência. Devido aos problemas de infraestrutura, desigualdades sociais e conflito,

Brumadinho pode ser compreendido como um município no qual as mazelas do País se reproduzem em seu microcosmo, na medida em que abriga quatro comunidades quilombolas, dois assentamentos agrários, uma comunidade Pataxó, condomínios com moradores de classes ricas e abastadas, ruralidades marcadas por pequenos agricultores, uma organização da indústria cultural e do turismo cultural e não orientado para as comunidades, o Centro de Arte Contemporânea Inhotim, e disparidades e desigualdades de renda, IDH e “bem-viver” relevantes entre seus territórios. Isso tudo tendo também as mineradoras e sua necropolítica há décadas em atuação no município.

Itabira, por sua vez, é uma cidade que teve suas indústrias e agricultura invisibilizadas pelo crescimento da exploração mineral para atender grandes projetos nacionais de desenvolvimento. Décadas de extrativismo produziram uma série de problemas sociais, ambientais e institucionais, além do já previsto esgotamento das reservas que está datado para 2031. Até hoje, as minas não foram reflorestadas, a cidade é cercada por barragens com risco de rompimento, e o medo da não diversificação econômica também preocupa a cidade.

Nos tópicos que se seguem à esta introdução, são lançadas as bases teóricas da pesquisa, a partir de referenciais críticos decoloniais, nos quais a mineração e o extrativismo são desvelados como ideologia desenvolvimentista. Em seguida, descrevemos o percurso metodológico que adota caráter de pesquisa engajada, compreendendo também que se trata de territórios com pessoas que sentem, pensam e estão em situação desigual de participação no território. Por fim, os resultados apresentam: 1) o histórico de conflito e resistência nas

idades; 2) impactos dos projetos territoriais conduzidos pelo estado e mercado; e 3) formas de resistência da população local.

Referencial teórico

Mineração primeva

Os povos originários da América Latina sempre tiveram uma relação de sacralidade, harmonia, bem-estar e subsistência com a natureza e o ecossistema em que viviam. A chegada do colonizador, seja espanhol ou português, trouxe uma nova forma de se relacionar com o meio ambiente, voltada para a alta acumulação e comercialização internacional de metais preciosos, cana de açúcar e outros produtos (Araóz, 2020; Svampa, 2019; Krenak, 2020).

Esse encontro de racionalidades diferentes com a natureza não foi a partir de uma guerra de conquista. Os colonizadores chegaram doentes e enfraquecidos, sendo acolhidos pelos indígenas. Com o passar do tempo, os primeiros aprenderam com os segundos a sobreviver na selva e identificaram os pontos onde havia riqueza (Krenak, 2020). A partir disso, iniciaram o processo de colonização por meio da violência.

Dois mecanismos de violência para a dominação dos povos são identificados por Araóz (2020), como a fé e o medo. O primeiro foi exercido com a imposição da religião católica, de forma a docilizar os corpos, fazê-los coniventes com a nova forma de vida instaurada no território, mudando sua linguagem e forma de comunicar, e principalmente torná-los “pecadores”, menosprezando aqueles que obtinham uma relação harmoniosa e de sacralidade com a natureza.

O segundo, sustentado no medo, foi mecanizado a partir da ameaça à vida dos povos originários, principalmente com o uso de pólvora e armas que eram tecnologias de guerra de alta letalidade. Essa diferença tecnológica foi determinante para que os colonizadores se apoiassem em duas falácias para exercer o processo de dominação: a primeira era a crença e a imposição de um pensamento de que a cultura e a tecnologia dos povos originários eram inferiores; e a segunda era de que os recursos naturais que havia ali eram ilimitados (Araóz, 2020).

Posicionados esses mecanismos de controle, a violência se institucionalizou-se em formas materiais e simbólicas, afetando os modos de subsistência, crença, bem-estar e impondo a escravidão como única forma de vida possível, a partir do estabelecimento da cultura europeia. O extermínio dos cultivos e a contaminação ambiental foram determinantes para interromper a capacidade produtiva dos povos originários (ibid.).

Desde o período colonial até os dias de hoje, os indígenas mantêm uma relação de interseção do ecossistema com os corpos e sua cultura. A “força geradora” do novo mundo ou do descobrimento instalou novas formas de organização social, política, ambiental, cultural, hierarquias, religião, mecanismos de guerra e trabalho, principalmente ao pensar os corpos como meras ferramentas de produção (ibid.).

Portanto, a dominação e a colonização dos povos produziram efeitos diferentes nas organizações sociais de um território: a periferia colonial é lugar de violência simbólica e material, fornecedora de mão de obra e riquezas, ao passo que, no centro imperial, concentra-se o poder absoluto do mercado e

do estado, onde há vida, luxúria, saber, ciência, protagonismo e valor de verdade (ibid.). Essa distribuição de prioridade e valoração é determinante para compreender onde estão os corpos descartáveis que são utilizados para a manutenção do poder (Mbembe, 2016).

Dessa forma, Araóz (2020) destaca que a colonização também é dividida em duas ações: o *Colonialismo* é composto por fatos sociais concretos, como os conflitos e a hierarquização social e racial nos territórios, fatos políticos, econômicos e apropriação da riqueza local; ao passo que a *Colonialidade* é formada pelas narrativas e por discursos sociais, estruturas institucionais e saberes técnicos, jurídicos, religiosos, filosóficos e políticos que se organizam e operam como legitimadores das visões dominantes.

De forma complementar, ao pensar os impactos da colonização para diversos modelos de desenvolvimento, as compreensões de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) destacam que o fator determinante para a precarização da América Latina não foi exclusivamente a extração de riquezas naturais, e sim a herança institucional deixada no território. Essa herança pode ser bem explicada pelos conceitos de colonialismo e colonialidade explicitados por Araóz (2020).

Dependência

Mesmo que a chegada dos espanhóis na América remeta a 1492 e dos portugueses ao Brasil a 1500, ainda hoje existem riquezas naturais a serem exploradas, principalmente em terras indígenas. Uma série de minas e jazidas se esgotou, outras tantas ainda estão em plena atividade, algumas perto de se esgotar. Não

obstante, a falácia de que os recursos nunca iriam se esgotar se confirmou como tal e uma outra temática passou a ser discutida: a dependência dos territórios (principalmente da economia) com relação à atividade extrativa.

Discussões sobre o possível legado da mineração podem ser vistas nos escritos de Davis e Tilton (2005), estes contendo bastante enfoque na herança de infraestrutura e investimento em conhecimentos que podem ser produzidos com o grande volume de dinheiro que as atividades movimentam. Infelizmente a América Latina não é considerada por eles um exemplo de sucesso das benesses que a mineração pode trazer, e veremos alguns motivos a seguir.

A princípio, a atividade extrativa ainda se manifesta como grande mobilizadora de recursos nos territórios, seja pelo inchaço na arrecadação do estado, seja pela quantidade de emprego gerada e pela circulação de dinheiro no comércio das cidades. Entretanto, o que ocorre é a fragmentação territorial e o deslocamento do tecido social e econômico, vez que se perpetuam as desigualdades na relação de trabalho e gênero e aumenta a incidência de crimes, alcoolismo e prostituição (Svampa, 2019).

A dependência e subjugação dos territórios são camufladas com a aparência de progresso (Araóz, 2020; Svampa, 2019). Enquanto ocorre um boom de construções, aumenta o empobrecimento; hospitais são construídos, e a saúde é deteriorada; escolas são levantadas com precarização nos níveis de educação; os saberes locais são silenciados e cooptados para priorizar uma economia importadora. A facilitação nas normas legais e os altos incentivos financeiros do estado para com as grandes empresas favorecem,

também, a corrupção do estado e desvio dos interesses do bem público, incluindo a ameaça à cidadania (Banerjee, 2008).

Além disso, também ocorrem esvaziamento territorial de riqueza, emigração de mão de obra que não quer se relacionar com a mineração, ao mesmo tempo que a escassez de água e a contaminação ambiental produzida pela atividade extrativa impedem a instalação de indústrias alternativas ou agriculturas tradicionais (Araóz, 2020).

Essa dinâmica é mantida e determinada pelos grupos e instituições com mais influência e capacidade de controle na tomada de decisão. A prática do “enclave” é bastante presente nos territórios minerados, vez que a empresa dominante da economia controla também os outros setores produtivos relacionados a sua atividade e impede que a população local tenha capacidade tecnológica, financeira e comercial para controlar as explorações locais (ibid.).

A inevitabilidade da mineração e a ideologia do progresso são suficientes para ignorar e invisibilizar as comunidades do território, tendo suas economias desvalorizadas e menosprezadas, sempre colocadas como inferiores perante o ritmo extrativista, ao passo que o extrativismo e seus impactos socioambientais são determinantes para exacerbar as crises das economias locais, facilitando que outros atores de “desenvolvimento” ocupem e se apropriem dos territórios (Svampa, 2019).

Muitos enxergam no Estado a institucionalidade e o espaço social para que lutas e conquistas contra o modelo extrativista vigente sejam alcançadas. No entanto, cabe lembrar Svampa (ibid.), quando afirma que o Estado, seja no governo local, estadual ou nacional, nem sempre se constitui em agente de

mudança, dando lugar a um posicionamento meramente regulador, no qual interesses de forças políticas ligadas às corporações extrativistas e mineradoras se consolidam, mesmo quando parecem atender às exigências da regulação estatal e de supostas conformidades com as demandas locais das comunidades e do movimento ambiental.

Esse fenômeno não seria apenas característica de um país, ainda que se manifeste com intensidade na América Latina. Caracteriza relação entre sociedade, Estado e corporações extrativistas, especialmente as mineradoras, em diferentes países do mundo, inclusive aqueles supostamente mais desenvolvidos, os chamados países capitalistas centrais (Temper et al., 2018). Exemplo evidente disso seria o Canadá (Chewinksy, 2019).

Desenvolvimento é utilizado como força destrutiva e potencializadora da cobiça e vaidade, que seriam formas de ser e pensar sustentadas pelos colonizadores e que ainda se manifestam durante as relações de poder no território (Araóz, 2020). A ideologia desenvolvimentista também pode ser antidemocrática (Banerjee, 2008) e causadora de conflitos socioambientais (Temper et al., 2018). Os argumentos para enquadrar uma pessoa ou grupo como subdesenvolvidos são sempre baseados em argumentos classistas, racistas, a partir do parâmetro do colonizador: “Você é atrasado porque não é igual a mim”; “Você não é europeu”; ou “Você não se veste como eu” (Araóz, 2020).

Além disso, também são apontadas características institucionais de incapacidade ou ineficácia política, por corrupção ou clientelismo (ibid.). Alguns desses sintomas são heranças do processo colonizador, e as cadeias de produção global buscam se isentar dos seus

impactos negativos causados (Araóz, 2020; Acserald, 2018). Dessa forma, o empobrecimento institucional instalado nas colônias: “Não tem a ver com a carência eventual de certos bens ou com a insatisfação de necessidades, e sim com a deterioração secular, sistêmica, da capacidade produtiva das populações e dos territórios afetados” (ibid., p. 29).

Herança extrativista na modernidade

Outro termo que está intimamente ligado à compreensão de desenvolvimento, principalmente com as realidades da América Latina, é o “pós-extrativismo”. Esse termo, desmembrado por Acosta e Brand (2018), revela as condições estruturais em que um território se configura com o final da extração de recursos naturais. Fato é que os países “em desenvolvimento” vivem uma lua de mel da exploração de suas riquezas naturais, exportando-as com baixo grau de beneficiamento e complexidade, para que outros lugares do globo avancem tecnologicamente. Durante esse processo, os conflitos sociais e os impactos ambientais ficam sob responsabilidade do país explorado.

O dito “desenvolvimento” proposto por grandes empreendimentos e mineradoras, mesmo antes de esgotarem todos os recursos naturais, transforma negativamente os locais explorados, gerando riquezas para um grupo mínimo privilegiado e proporcionando empregos de má qualidade, escassez de recursos naturais, poluição, catástrofes e desigualdade para grupos vulneráveis (pobres, negros, indígenas, camponeses e trabalhadores).

Parcela de problemas estes que fica a cargo de o estado solucionar posteriormente (Banerjee, 2008).

No discurso desenvolvimentista existe, portanto, um intenso conflito de interesses: de um lado exploradores que possuem objetivos particulares, chegando a um território diferente do seu. Do outro, a comunidade que vive seus costumes e tem seu cotidiano alterado com a chegada de um explorador que tem objetivos diferentes para o meio em que vive. O choque cultural demarca o processo de colonização que os europeus fizeram na América Latina e que, de acordo com Acosta e Brand (2018), segue a mesma lógica ainda na Modernidade.

Acosta (2016) convida-nos a pensar que o discurso desenvolvimentista possui raízes coloniais, uma vez que usa desse preceito para lançar mão de práticas segregativas. No caso do Brasil, isso pode ser observado com as ações de guerra e dominação usadas pelos portugueses para minerar e explorar o País, usando e matando indígenas até que fosse necessário o uso de mão de obra africana e escravizada. O autor critica, também, a concepção de que o crescimento baseado em recursos naturais sem fim é puramente contraditória, porque os recursos são finitos e não conseguem atender à demanda de produção e consumo que a sociedade moderna impõe.

Como agravante, a maior parte da população do território não tem acesso direto a toda a gama complexa e sofisticada de produtos que a cadeia de produção global executa. São ritmos fabris e de desenvolvimento tecnológico que buscam atender ou criar demandas de mercado e não solucionar problemas socioambientais antigos ou os que são criados com esse ritmo acelerado. A própria humanidade

não dá conta de processar as novidades e se angustia com itens tidos como indispensáveis para o bem-estar social, mas que se reformulam constantemente, sendo inalcançáveis a todo tempo (ibid.).

Do ponto de vista social, essa lógica desenvolvimentista não parece funcionar bem na prática, com geração de empregos em más condições de trabalho e aumento da angústia pela falta de bens materiais. O meio ambiente não consegue suprir toda a demanda da extração de matéria-prima, aliada ao desmatamento, poluição de rios e ar e aquecimento global. Dessa forma, pergunta-se: “Qual sustentabilidade vivemos?”. A proposta do “bem viver” busca equacionar esse dilema, sem apresentar “receita de bolo” para que seja possível melhorar condições de vida nos territórios explorados. O bem viver é baseado em uma lógica de tomada de decisão coletiva e que respeite as limitações e particularidades do espaço socioambiental no qual o grupo se insere (Acosta, 2016).

A narrativa do desenvolvimento foi muito explorada pelo presidente Truman. Usou-se esse conceito para dizer que existiam países distribuídos pelo globo que não estavam no mesmo estágio de complexidade material que os Estados Unidos; portanto, eram inferiores e precisavam ser incluídos na cadeia de produção global deles. É preciso destacar que não alcançar o mesmo estágio material não significa que as pessoas viviam mal; elas só não viviam da forma que o norte-americano desejava.

A grande crítica a esse panorama é que a inclusão em uma cadeia produtiva com os Estados Unidos (ou outros países que se intitulam desenvolvidos) significa que os outros países fornecerão matéria-prima ou mão de obra barata para elaborar produtos que serão posse-

das empresas internacionais, que venderão caro o material acabado para os mesmos fornecedores. Além disso, o passivo socioambiental proporcionado pela extração de riqueza ficará a cargo dos países explorados; é o que Acosta e Brand (2018) e Escobar (2005) chamam de: pós-desenvolvimento ou pós-extratativismo, que foram discutidos anteriormente nesse artigo.

Re-existências

Chama a atenção também o fato de que as políticas progressistas ou socialistas não tiveram êxito em equacionar as questões da desigualdade. Dessa forma, Acosta (2016) busca resgatar, na população indígena equatoriana de origem *Kichwa*, uma outra forma de vida, que foi silenciada com a chegada dos colonizadores. Popularmente conhecido como “bem viver”, esse paradigma de vida está relacionado com a relação harmônica entre as populações e a natureza, bem como com a maior autonomia dos povos para ditar o ritmo de suas próprias vidas, impossibilitando que forças institucionais externas (Estado ou mercado) os subjuguem.

É preciso destacar que a proposta de se viver a partir dos paradigmas indígenas não é a de que se criem outras formas de acumulação de capital material nem de redistribuição de renda. O princípio está em viver da forma mais democrática possível, respeitando as formas de vida e direcionamento das pessoas, incluindo aquelas mais necessitadas, também em respeito à natureza. Trata-se de repensar os processos políticos e de ações práticas que guiam grandes impactos socioambientais. Isso será possível a partir da evolução da racionalidade para o pensar coletivo com respeito (Acosta, 2016).

O “bem viver”, principalmente em território com atividade extrativista, é colocado como uma proposta determinadamente contrária ao pensamento inalcançável de “desenvolvimento”, bem como suas variantes: sustentável, social, ambiental, econômico, etc., uma vez que os países que se intitulam desenvolvidos padecem de mau desenvolvimento, com problemas sociais e ambientais graves, inclusive em seus países fornecedores de matéria-prima. Não se trata somente de incorporar, nas ações burocráticas do Estado-nação ou de outras instituições, o modo de ser-pensar indígena.

Para que essa transformação se ramifique e se torne efetiva, é necessário que haja possibilidades horizontais, escalares e replicáveis do ensino de uma forma de viver respeitosa ao coletivo. Descentraliza-se o poder, repensando o exercício da democracia e paulatinamente também a cidadania. É preciso repensar a estratégia de ação e não fazer melhor a estratégia que está dando errado. “Aqueles [que] se veem ameaçados em seus privilégios não cessarão em combatê-los (ibid., p. 15).

A importância de se fortalecer práticas de resistência coletivamente e com grande participação dos públicos mais interessados é fundamental para o sucesso da representatividade, de forma que respeite a pluralidade de demandas, uma vez que a via da representação por ONGs totalizantes pode incorrer no abandono de causas sociais em função de projetos políticos maiores (Chewinsky, 2018), por vezes indo contra a compreensão de que a lógica de compensação financeira não cessa o conflito, já que as pessoas possuem valores e demandas que vão além da questão monetária (Temper et al., 2018).

As novas resistências são pautadas e fundamentadas de forma comunitária, sociabilidade, caridade, equidade, experimentação coletiva, respeito e preservação do bem comum, extrapolando conceitos, relações ou paradigmas sustentados no estado e mercado (Svampa, 2019). Além disso, essas resistências também possuem um bom relacionamento com a natureza, apoiadas em reciprocidade com as pessoas e diálogo com saberes diferentes dos seus. São linguagens construídas pela população e priorizando o bom relacionamento entre as pessoas (ibid.).

Esses são paradigmas adotados nas práticas de resistência e existência dos atingidos pelo extrativismo na América Latina (Acosta, 2016 e 2018; Svampa, 2019). Ao mesmo tempo, também se aproximam as práticas de indígenas brasileiros, como o Cacique Babau (2019) e Ailton Krenak (2020), que, ante as agendas liberais de estado e mercado, clamam por uma compreensão de vida que entenda o meio ambiente como algo que faz parte da própria vida e não como um objeto sem vida, além de maior respeito entre os seres humanos e práticas mais democráticas de participação.

Percurso metodológico

Para compreender as formas de relação dos grupos populares mobilizados e mais vulneráveis do território, lançamos mão de uma investigação com enfoque qualitativo, de forma a compreender, em cada articulação, a particularidade dos seus atores sociais, organizações, coletivos ou associações, bem como sua forma de compreender quais são os modos de

vida silenciados e ofuscados pela extração mineral e quais são as formas de expressão que esses sujeitos encontram para preservar sua própria história. Para que isso fosse possível, foi realizado um estudo de caso em profundidade nas cidades de Brumadinho e de Itabira, buscando apreender melhor as particularidades de seus diversos bairros, regiões, grupos e mobilizações.

Em meio a tantos atores em disputas de narrativa nos territórios, a opção pelo enfoque qualitativo é fundamental para responder qual é a significação que a própria sociedade impactada tem sobre o legado da mineração em seus territórios; sendo necessário, então, que os moradores digam sobre o que foi vivenciado por eles e qual o sentido que pode ser atribuído, sendo o pesquisador aquele que proporciona um espaço de elaboração coletiva sobre o tema estudado (Yilmaz, 2013).

Além disso, para que essa compreensão seja realizada satisfatoriamente, é necessário lançar mão da pesquisa engajada (Pozzebon, 2018; Cunliffe, 2020), visto que os pesquisadores em questão estão inseridos e em atuação constante nos territórios investigados, proporcionando maior integração nos modos de ser-fazer das sociedades, além de terem mais facilidade para apreender a cultura de cada grupo individual e suas implicações para o corpo unificado dessas instituições no espaço.

Um dos investigadores tem laços familiares e de amizade com moradores de Brumadinho e ambos os pesquisadores, desde a tragédia-crime de 2019, em Brumadinho, se envolveram em lutas sociopolíticas no município, tendo algumas dessas lutas entrelaçamento com projetos de extensão e de pesquisa desenvolvidos por uma das universidades que orientou seus projetos para essa

realidade territorial. Em especial, destaca-se o envolvimento dos pesquisadores com a articulação “Eu luto, Brumadinho vive”, que, em conjunto com outros movimentos, organizações e coletivos em atuação em Brumadinho, desenvolvem uma série de ações desde 2019, com destaque para um mapeamento de movimentos sociais, associações e formas de existência no território.

O envolvimento dos investigadores com métodos participativos e relacionamentos comunitários, que ficará mais claro nas partes que se seguem no presente artigo, traz elementos relevantes para a compreensão dessas formas de existir e resistir no cotidiano dos territórios. Além disso, os métodos participativos constituem-se em uma abordagem de pesquisa qualitativa baseada na interação entre sujeitos investigadores e sujeitos investigados, na qual comunidades e atores locais assumem o protagonismo na produção de seus saberes e de sua compreensão do cotidiano e das formas de existência e resistência, a partir de seu lugar no espaço, no tempo e no território (Andrade e Carneiro, 2009; Goldstein, Barcellos, Magalhães e Gracie, 2013).

Reforça-se o compromisso de compreender as pessoas em relacionamento na pesquisa como seres que sentem e pensam ao mesmo tempo (Borda, 1994, 1987, 2014) e que estão em uma posição de vulnerabilidade na complexidade das relações sociais e econômicas (Freire, 2001); reforça-se também a responsabilidade ética do pesquisador em garantir que essas pessoas sejam implicadas na pesquisa como sujeitos ativos e construtores de uma práxis capaz de mobilizar suas potências no cotidiano, que podem resultar em lutas emancipatórias (Freire, 2001; Pozzebon e Petrini, 2013; Borda, 1994, 1987, 2014; Cunliffe, 2019).

Para complementar as informações obtidas, foi realizada uma pesquisa documental em reportagens, relatórios técnicos, notas e manifestos de grupos de atingidos; consulta a sítios eletrônicos de instituições locais e regionais; e participação em audiências públicas. A opção por diversas fontes de informação é fundamental para que os dados coletados possam ser mais bem triangulados, aumentando a confiabilidade e a validade do estudo (Fusch e Ness, 2015).

O contexto da pesquisa são as cidades de Itabira e Brumadinho; esta que, em 2019, teve em seu seio uma das maiores tragédias-crime do setor de mineração brasileiro, com a ruptura da barragem de rejeitos do Córrego do Feijão da corporação Vale. Já Itabira era uma cidade que tinha vocação econômica agrícola, industrial, pela fundição de ferro e produção de tecidos, entretanto essas vocações foram inviabilizadas devido à criação da Companhia Vale do Rio Doce na cidade.

Ambos os territórios têm sua maior extensão geográfica composta por zona rural, além de serem cidades marcadas por desigualdades socioeconômicas, possuírem comunidades quilombolas e também registro de população indígena antes da chegada dos colonizadores. Devido ao histórico de exploração mineral nos territórios, bem como diversas manifestações de conflitos entre a população e o meio ambiente, analisamos, nas duas cidades, quais são as dinâmicas de governança e como a ideologia do desenvolvimento é utilizada para defender os interesses de cada ator presente no contexto.

Análise dos resultados

Itabira

A cidade de Itabira está localizada no quadrilátero ferrífero. Em razão de sua proximidade com a capital de Minas Gerais, alta oferta de água e riquezas minerais entre ouro e minério de ferro, as principais atividades econômicas na cidade eram voltadas para a agricultura e também para indústrias, seja em fábrica de tecidos, explosivos e diversas fundições de ferro.

A exploração do minério de ferro era mantida por uma empresa chamada Itabira Iron, chefiada por engenheiros britânicos. Era comum, no estado de Minas Gerais, a forte presença estrangeira para exploração mineral, uma vez que era prática do governo estadual e nacional divulgar e anunciar as riquezas naturais locais para atrair investimento estrangeiro.

Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, o presidente do Brasil na época, Getúlio Vargas, fez um acordo com os proprietários e governos europeus para que a Itabira Iron se tornasse uma empresa estatal, com a prerrogativa de exportar o minério de ferro para que os países em guerra pudessem fabricar suas armas. Dessa maneira, foi fundada a Companhia Vale do Rio Doce.

Esse movimento de nacionalização da mineradora produziu alguns contrastes: aumentou-se a produção, ao mesmo tempo que os trabalhadores se empenhavam sem receber salários. Com o aumento da produção, mais água, infraestrutura e mão de obra da cidade

de Itabira eram demandadas, o que acarretou o fechamento das fundições de ferro e das fábricas de tecido.

Conseqüentemente ao aumento de produção, foram produzidas mais áreas de risco com barragens, poluição do ar e acidentes de trabalho, além de alojamentos em situações precárias, soterramento, inundação ou remoção de bairros, com vítimas ou não. Diante de tanto impacto, principalmente pelo atraso no pagamento de salários, algumas greves eram constituídas, mas silenciadas pelo exército do País.

Nesse momento é importante destacar os mecanismos institucionais que foram agentes diretos da desigualdade na formulação do território: os operários da Vale eram pretos e analfabetos, enquanto os diretores eram brancos e elitizados. Esse perfil de mão de obra pode ser identificado, desde o início da exploração mineral, com picareta e transporte de carga com animais, até o uso de escavadeiras, caminhões e correias transportadoras.

Além dessa estrutura intraempresa, a cidade também foi moldada a partir do perfil dos funcionários da mineradora: os *operários* moravam e ainda moram nos bairros em áreas de risco, próximos à mina, e eram e ainda são despejados e reassentados de acordo com o interesse econômico da empresa, além de frequentarem um clube social feito para os operários, o “Valério”, cujo time de futebol, “Valério Doce”, é o representante da cidade. Importante notar que a formulação do nome é uma junção das palavras “Vale” e “Minério”. Coincidentemente ou não, a fronteira entre o clube e a estação de carregamento de minério da mineradora é dividida por uma cerca, o que faz com que o clube seja constantemente poluído por minério em suas dependências.

Os *técnicos* da empresa tinham condições de moradia diferentes e melhores, ficavam situados em bairros mais afastados da mina, com casas maiores, de arquitetura mais moderna, próximos ao centro comercial da cidade e de clube recreativo específico, com pouca ou nenhuma poluição de minério. Esse clube se chama Associação dos Técnicos Industriais da Vale (Ativa).

Não obstante, os *engenheiros* da mineradora também tinham seus bairros específicos, porém, sendo os únicos condomínios fechados da cidade, no total de 3. Esses condomínios são compostos por piscina térmica, quadras de tênis e dois tipos de sauna diferentes. Ainda hoje são as casas e os terrenos mais valorizados da cidade, embora um dos condomínios esteja situado abaixo de uma das barragens da cidade.

A classe social dos comerciantes, herdeiros de senhores de escravos ou não, sempre foi o grupo que se ocupou da política itabirana, reivindicando-se como descobridores da cidade e tomando conta do processo de cuidado do território desde que estivesse de acordo com os seus interesses (Ferreira, 2015). Por essa razão, o clube social Clube Atlético Itabirano proibia a associação de pessoas pretas, limitando-as somente no exercício de ofícios no clube, como porteiros ou faxineiros.

Desigualdades sociais, precarização da vida pública, impactos socioambientais negativos da mineração, além das críticas aos possíveis legados do extrativismo, podem ser encontrados nas crônicas e poemas de Carlos Drummond de Andrade, também nascido em Itabira. O ceticismo ao modelo extrativista que produzia e ainda produz violência fez com que muitas pessoas da cidade ignorassem a figura do poeta, argumentando que a mineração poderia fazer tudo em função da geração de empregos.

Na história da cidade, também houve mais itabiranos que se preocuparam em protestar contra as más condições impostas pela mineração, além de brigar por suas resoluções. Na década de 1980, a sociedade civil, composta por profissionais autônomos, associações e poder público, reuniram-se para discutir os problemas ambientais de Itabira. Esses movimentos originaram duas ações civis “contra a Vale em referência à poluição do ar, degradação ambiental e destruições cênicas e históricas da cidade” (Tubino, Devlin e Yap, 2011, p. 311), que até hoje não tiveram definição jurídica.

Nos anos 2000, a sociedade civil itabirana reuniu-se para elaborar condicionantes para a licença para a Vale S/A operar. Essa participação em conjunto foi uma ação exemplar no processo de apropriação dos cidadãos sobre o destino da sua própria cidade. Apesar do cumprimento de algumas condicionantes (3, 5, 4, 22-26, 14, 7, 36, 39, 40, 41, 49), a Vale absteve-se de outras, como o cuidado com a água (condicionante 12) e cuidados com as áreas de conservação e biodiversidade (condicionantes 34, 37, 38). Além disso, após investirem em infraestrutura social, como quadras e praças, não se preocuparam em realizar a manutenção nem capacitar a comunidade para tal, em vista que isso não reforça a saída para o desenvolvimento sustentável da cidade (ibid.).

Uma das alternativas para solucionar a dependência econômica da mineração, e com isso estabelecer uma responsabilidade horizontal, foi a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico de Itabira (Fundesi). Tratava-se de uma concessão de terrenos e empréstimos assegurados pela prefeitura para que empresários da cidade pudessem desenvolver suas iniciativas. Foram contempladas 76 empresas, das quais apenas 21 quitaram

sua dívida. Em entrevista ao jornal *O Trem*, o ex-prefeito Jackson Tavares (Mendonça, 2019, p. 8), afirmou que “Uma elite itabirana se apropriou dos recursos do Fundesi. Ela é mesquinha e é ela quem atrapalha o desenvolvimento da cidade”.

O fetiche industrial não é o único horizonte na perspectiva itabirana. Na década de 1990, instituiu-se a Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (Funcesi), objetivando a maior oferta de graduações para Itabira e região. Em sua gênese, procurou focar no desenvolvimento dos alunos e da comunidade. A educação como alternativa ganhou mais impulso após a chegada da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), que instalou um *campus* na cidade, ofertando 2.500 vagas para cursos de graduação.

Entretanto, a maioria dos seus alunos são oriundos de outros estados e a maior oferta é de cursos para as áreas de engenharia. Até hoje, a Vale S/A investiu R\$150 milhões nos laboratórios e na infraestrutura da universidade federal (Projeto, 2019). Infelizmente, essa não é uma característica que produza autonomia para a cidade e ainda contribui para a ampliação da dependência, reforçando o nó que sufoca Itabira, uma vez que grande parte da formação superior que a empresa apoia tem o intuito de criar mão de obra para a própria mineradora.

É importante destacar que a Vale desenvolve um programa de benefício interno que custeia até 80% da mensalidade de um curso superior para seus funcionários, desde que a área de conhecimento esteja alinhada com sua atividade dentro da empresa. Retomamos aqui o argumento de que essas práticas reforçam o congelamento da cidade, reforçando a minério-dependência. Apesar de ser uma prática que promove a formação profissional,

esse investimento no quadro de funcionários ainda não pode ser considerado uma ação de desenvolvimento para a cidade, visto que continua centrado na empresa e no avanço de sua própria atividade, conforme denunciado por Drummond, ainda em 1950, e revelado pelo jornal *O Trem* (Mendonça, 2019).

Não só a indústria e a educação, mas a saúde também foi apontada por Cunha e Guedes (2017) como um catalisador de desenvolvimento territorial, a partir dos estudos de Guimarães (2017), uma vez que Itabira possui 380 estabelecimentos da área. Além disso, a cidade é referência em atendimento para distritos e cidades vizinhas, como Santa Maria, Bom Jesus do Amparo, Itambé, Nossa Senhora do Carmo, São Gonçalo do Rio Abaixo e Passabém. Cogitava-se que a Unifei abrangesse cursos de medicina, mas essa proposta não foi cumprida até o momento e não há indícios de que será executada em curto prazo pelo Ministério da Educação (MEC), assim como campanhas que surgiram com a promessa da instalação do hospital da Confederação Nacional das Unidades Médicas (Unimed).

Até então, as iniciativas e as participações populares para o desenvolvimento do território itabirano mostraram-se parcialmente satisfatórias, mobilizando grandes processos decisórios e de alto impacto para a população, mas sem continuidade. A partir dos estudos de Tubino, Devlin e Yap (2011) foi possível identificar que a mobilização social desencadeada durante a elaboração das condicionantes não se manteve, o que pode ser um fator para explicar o porquê de as iniciativas não terem sido concluídas em sua plenitude.

Brumadinho

Apesar de ser uma cidade com 40.000 habitantes, é costumeiro ouvir da população que “Brumadinho são muitas”, sendo difícil generalizar a população devido a sua diversidade geográfica, étnica e histórica. Pelo IBGE, a cidade é dividida em oito Unidades de Habitação (UDH), sendo elas: 1) Antiga Senzala, 2) Casa Branca Rural, 3) Centro/Expansão Urbana, 3) Sede, 4) Retiro das Pedras, 5) Conceição de Itaguá, 6) Marinheiros, 7) Piedade do Paraopeba e 8) Tijucu. A identificação por diferentes UDHs justifica-se, tendo em vista a distribuição do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) se dar de forma desproporcional no território: a região central e os condomínios possuem menor vulnerabilidade enquanto a zona rural destaca precariedades de infraestrutura, capital humano e renda.

Entretanto essa compreensão é apenas uma das formas de entender a diversidade da população local, composta de comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, agricultores, apicultores, artistas, movimentos de defesa do meio ambiente e valorização da vida, assentamentos de reforma agrária e grupos de diferentes espiritualidades.

A busca por modos de vida diferentes da indústria extrativa sempre foi presente na cidade, seja pela vocação logística, seja pelo turismo, artes e agricultura (esta última se manifestando por meio de assentamentos de reforma agrária e pequenos e médios agricultores). Ao mesmo tempo que existiam plantações de café e de outras culturas, a atividade garimpeira marcada por contaminação ambiental e violência era presente (Dados da pesquisa, 2021).

Nos dias de hoje, ainda é possível identificar contrastes na relação com a terra e com pessoas no município: um deles manifesta-se por uma grande referência, como museu de arte moderna que foi estabelecido em uma antiga cava de extração de minério de ferro por seus próprios donos. Entretanto, a mesma iniciativa encontra registros de grilagem de terra, apropriação de patrimônios públicos, trabalho infantil e escravo, desmatamento ilegal, apropriação de terras de agricultores e monocultivo de eucalipto, que gerou escassez de água (Dados da pesquisa, 2021; Lara, 2018).

Outro ponto de encontro entre agricultores e empresas extrativistas na região de Brumadinho pode ser identificado em um assentamento de reforma agrária que se estabeleceu nas áreas das empresas Comisa e MMX, do empresário Eike Batista.

Brumadinho era conhecida por ser uma cidade de parada, ponto de encontro de comerciantes para a logística cafeeira e de outros insumos agropecuários. A chegada da mineração fez com que todos os esforços de mão de obra fossem alocados para a nova “vocação”. Entretanto, a água também sempre foi foco de debate na cidade, capitaneado pelo Movimento Águas e Serras de Casa Branca. Além disso, em 2019, uma barragem da Vale S/A rompeu-se em Brumadinho, matando imediatamente 272 pessoas.

Esse crime foi impactante para toda a população da cidade, que nos primeiros meses tinha dois objetivos: cuidar dos enlutados e superar a dependência e relação que o território tinha com a mineração (Dados da pesquisa, 2021). Além dos próprios moradores, um grande volume de movimentos sociais e pesquisadores adentrou o município para dar voz

e tomar voz dos atingidos, levantando diversas pautas e movimentando, o que pode ser chamado “indústria da tragédia”.

Acordos e reparação

Os moradores de Brumadinho caracterizam que a tragédia de 2019 se manifestou em duas ondas: a primeira onda do rejeito, causando destruição socioambiental repentina e devastadora. A segunda é da reparação, lenta e que continua a perpetuação de violações de direitos humanos, principalmente com relação à participação no processo de reparação. Aos atingidos não é dado espaço de fala e decisão nos projetos: são obrigados a aceitar acordos e ações estabelecidos por instituições de justiça, governo do estado, assessoria técnica e Vale, que não os consultam e tampouco reparam os danos causados.

Um dos projetos apresentados para os agricultores na cidade no pós-rompimento com articulação da Vale e poder público foi questionado e não avançou: os agricultores alegavam que o projeto não forneceria uma rede de produtores e consumidores, não resolveria a dúvida sobre contaminação da água e terra, não forneceria investimento ou acesso a infraestrutura. Por fim, o questionamento era: “Se nada fosse oferecido, o interesse das instituições era apenas em obter uma foto de horta bonita?”.

Outra ação oferecida pela Vale e por outras instituições aos agricultores da cidade foi o de incentivo à plantação de flores. Essa proposta não está em conformidade com as vocações e demandas dos produtores locais,

que questionaram o intenso uso de agrotóxicos na plantação de flores, por ser nocivo à saúde dos agricultores. Também há alta incerteza de mercado, uma vez que as flores são muito demandadas para eventos e, nesse contexto de pandemia e isolamento social, não é possível realizar eventos.

O acordo estabelecido entre governo de Minas Gerais e Vale, mediado pelo Ministério Público e Defensoria Pública, foi celebrado com louvores por essas instituições, definindo um valor de R\$37,68 bilhões para a reparação do rompimento da barragem em 2019. A proposta do governo era de R\$55 bilhões e a Vale almejava R\$29 bilhões. Apesar de ser apontado como o maior acordo feito na América Latina para reparação e um dos maiores do mundo, esse processo não contou com a participação dos atingidos e a menor parte dos valores será direcionada para Brumadinho (Bouças e Goés, 2021).

Um dos projetos que será mobilizado pelo governo de Minas Gerais é o da construção de um rodoanel na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dos custos de R\$4,5 bilhões, R\$3,5 seriam pagos pela Vale dentro da quantia total do acordo. A alça sul do rodoanel é uma das mais contestadas pela população e por movimentos sociais, por prever impacto ambiental direto em serras, com perfurações para túneis, e por terminar seu traçado afetando diretamente Brumadinho, passando por cima de Casa Branca.

Movimentos sociais em defesa do meio ambiente alegam que existem traçados alternativos com menos impacto socioambiental, inclusive que não precisem furar serras e áreas de preservação, nem passar por cima de bairros e remover pessoas (Bernardes, 2021).

Outras pessoas ainda chamam o projeto de “Engodoanel”, “Rodominério” ou “Rodocao”, alegando que essa proposta do rodoanel é mais benéfica para o governo do estado, adquirindo caráter de obra eleitoreira, e que também ela favorece o escoamento de minério da região, além do fato de que a serra perfurada seria dotada de um minério de alta qualidade, que seria direcionado às mineradoras.

O projeto do rodoanel ameaça perfurar a Serra do Rola Moça, que cerca um bairro de Brumadinho. É uma área de preservação ambiental, mas que é ameaçada com o retorno de uma atividade mineradora no local. Sob o pretexto de descomissionar a barragem da antiga mina da Mineração Geral do Brasil (MGB), atendendo à recomendação e à permissão do governo do estado após a tragédia de 2019 no Córrego do Feijão, a referida mineradora voltou às atividades na mina, transportando minério para ser vendido a outras empresas.

Com monitoramento constante, moradores da região organizados em um grupo denominado Rola Moça Resiste denunciaram a atividade ilegal, aos órgãos competentes do governo do estado, que não se posicionaram ou nada fizeram para que o procedimento fosse interrompido. Apenas com intervenção de outras instâncias de justiça e órgãos federais foi possível que a MGB interrompesse a exploração e o fluxo de caminhões constante nas vias do parque.

Em Brumadinho, também é discutida, entre instituições locais e poder público, a instalação de uma fábrica para incineração de lixo hospitalar no distrito industrial da cidade (Dados da pesquisa, 2021). Entretanto, essa proposta incide em um alto impacto ambiental para o território como um todo e para

comunidades vizinhas. Além do manejo de resíduos tóxicos, os gases emitidos são altamente poluentes e a prática não é recomendada por especialistas (Cedefes, 2019).

Considerações finais

A realidade do pós-tragédia-crime em Brumadinho denota que, mesmo havendo a atuação de diferentes organizações estatais, da sociedade civil global, nacional e regional e consultorias e empreendimentos privados, todas com o discurso que informa uma intencionalidade de reparar e reconstruir o território, ainda perduram violações sistemáticas de direitos. Conforme já relatado em pesquisas semelhantes, após a lama destruidora da vida, advinda da ruptura das barragens de rejeitos, novas ondas de reparação multiplicam-se em territórios nos quais a chamada “indústria da ajuda” se estabelece. E essas novas ondas trazem outras formas de violações do direito de existir nesses territórios, mesmo sob o manto da proteção e da luta pelos direitos dessas comunidades.

Paralelamente, os projetos de reparação da tragédia lenta e anunciada em Itabira também sinalizam para intensificação dos problemas que deveriam ser solucionados, muito em razão da baixa participação popular, que fica vulnerável, uma vez que os processos de tomada de decisão ficam a cargo da mineradora em conluio com uma elite privilegiada do território, que opera para a manutenção do desenvolvimento de seus próprios privilégios.

Um dos principais fenômenos é a captura do direito de fala por parte de organizações e movimentos que antes não tinham uma presença no cotidiano do território. Em

Brumadinho, movimentos sociais nacionais apropriam-se da narrativa dos atingidos para fortalecer sua imagem e captar recurso para si mesmos. Instituições de justiça, governo do estado e mineradoras também se apropriam da tragédia para seus próprios interesses: *marketing*, fortalecimento político, interesse eleitoreiro ou de carreira com o estabelecimento de grandes acordos financeiros, com baixo impacto social.

Da mesma forma, em Itabira, uma série de empresas de consultoria, projetos de desenvolvimento e inovação é apresentada, copiada e remanejada para a grande obtenção de recursos. A cidade é vista como oportunidade de um case de sucesso para o fortalecimento de outras capacidades produtivas, com articulações institucionais estaduais e nacionais, envolvendo universidades, empresas e câmaras de comércio.

Entretanto, essa grande evidência no aspecto econômico acaba ofuscando do debate outros problemas que a mineração continua causando no território: poluição do ar, escassez de água, remoção de famílias em área de risco das barragens e desigualdade social. Não obstante, as mesas de discussão e os processos de participação para os projetos que definem o rumo da cidade não são de familiaridade da sociedade civil nem das pessoas mais vulneráveis.

Além disso, algumas ações de reparação, tanto nos pós-rompimento da barragem em Brumadinho quanto para o preenchimento de buracos que a exaustão mineral causou no em Itabira, acabam por reforçar nos territórios aquilo que alerta Svampa (2019), quando fala da complementaridade entre mercado e Estado na manutenção de ordens desenvolvimentistas. Estes, em sua essencialidade, agridem, destroem e colocam em xeque

o direito de viver, existir e resistir ao suposto desenvolvimento advindo da modernidade extrativista e mineradora.

Porém, potências também podem ser visualizadas, compreendidas e desveladas nos diferentes territórios de Brumadinho, desde que, para tal, a pesquisa crítica, reflexiva e engajada de forma a se orientar mais radicalmente para a centralidade, protagonismo e autonomia dos atores locais seja desenvolvida.

Da mesma forma, comunidades tradicionais e a população da cidade de Itabira desenvolvem uma relação sustentável com a natureza e vivem seus modos de existir, gerando trabalho e renda sem ter relacionamento direto ou indireto com a mineração. A relação sustentável está presente no crescimento do setor de gastronomia, agricultura, criação de animais, abertura de lojas e prestação de serviços. Entretanto, esse estabelecimento e dinâmica não são visualizados pela mineradora ou pelas elites econômicas como algo válido para a cidade, preferindo que sejam executados projetos de desenvolvimento voltados a outros modos de vida.

No presente artigo, buscou-se o esforço reflexivo, postura epistemológica e metodológica. Procurou-se desvelar diferentes formas de se organizar resistências e vivências no cotidiano dos diferentes territórios de Brumadinho (Carrieri, Maranhão e Murta, 2009; Carrieri, Perdigão, 2014; Certeau, 1994). Cada uma dessas formas de organizar a partir de uma “gestão ordinária” (Carrieri, Perdigão e Aguiar, 2014) e do cotidiano indica, para a comunidade de pesquisadores em estudos organizacionais, que utopias antiminação, antidesenvolvimentismo, antigereencialismo e

antimercedorização da vida e dos corpos continuam a existir e resistir nos territórios que têm a mineração em sua história e memória.

Os resultados da presente pesquisa indicam que a minero-dependência, não pusilânime em sua destruição, captura a manutenção de sentidos, sentimentos e identidades como dependente e fadada à mineração, fadada a se submeter à ideologia modernizadora e desenvolvimentista do extrativismo minerador. Mesmo sem conseguir avanços decisivos na interação com o Estado e com o mercado, formas com diferentes graus de organicidade e múltiplos formatos de “gestão ordinária” têm conseguido romper barreiras de invisibilidade dentro e fora do território, superar obstáculos históricos da cultura política brasileira na construção de lutas progressistas e se contrapor à mineração como forma inexorável de viver, trabalhar, sobreviver e progredir em um território.

Espera-se que os achados da presente pesquisa, que ainda pretende colher mais frutos no futuro, com o avanço da história da pós-tragédia-crime em Brumadinho, possam inspirar mais e melhores pesquisas nos estudos organizacionais, fortalecendo a importante agenda de pesquisa sobre desenvolvimentismo, extrativismo, mineração, pesquisa engajada, “gestão ordinária”, cotidiano e formas de existência e resistência. O mais importante nos avanços dessa agenda de investigação é que os novos estudos também busquem, sem idealizações e devaneios distantes da realidade de pesquisa e da economia política da construção de conhecimento, novos avanços nos saberes construídos a partir da autonomia, protagonismo e centralidade dos atores locais.

[I] <https://orcid.org/0000-0001-6253-759X>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais, Programa de Pós-Graduação em Administração. Belo Horizonte, MG/Brasil.
fredericodmq@gmail.com

[II] <https://orcid.org/0000-0002-7835-5851>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais, Programa de Pós-Graduação em Administração. Belo Horizonte, MG/Brasil.
armindo.teodosio@gmail.com

[III] <https://orcid.org/0000-0002-2653-7581>

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia. Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, MG/Brasil.
alfreitasdiasufmg@gmail.com

Referências

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. (2001). The colonial origins of comparative development: an empirical investigation. *The American Economic Review*, v. 91, n. 5, pp. 1369-1401. Disponível em: <https://economics.mit.edu/files/4123>. Acesso em: 3 jun 2021.
- ACOSTA, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo, Autonomia Literária/Elefante.
- ACOSTA, A.; BRAND, U. (2018). *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo, Elefante.
- ACSERALD, H. (2018). *Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neo-extrativismo e a gestão empresarial do "social"*. Rio de Janeiro, Garamond.
- ANDRADE, E. D. V.; CARNEIRO, A. F. T. (2009). A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo. *Boletim de Ciências Geodésicas*. Curitiba, v. 15, n. 3, pp. 410-427.
- ARAÓZ, H. M. (2020). *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo, Elefante.
- BABAU, cacique. (2019). *Retomada. Piseagrama*. Belo Horizonte, n. 13, pp. 98-105.
- BANERJEE, S. B. (2007). Transnational power and translocal governance: The politics of corporate responsibility. *Human relations*, pp. 1-26.
- _____. (2008). Corporate social responsibility: The good, the bad and the ugly. *Critical Sociology*, v. 34, n. 1, pp. 51-79.
- BERNARDES, I. (2021). *Amda apresenta estudo com proposta alternativa para Alça Sul do Rodoanel*. *Jornal Estado de Minas Gerais*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/03/03/interna_gerais,1242986/amda-apresenta-estudo-com-proposta-alternativa-para-alca-sul-do-rodoanel.shtml. Acesso em: 3 jun 2021.

- BORDA, O. F. (1987). *Ciencia propia y colonialismo intelectual: los nuevos rumbos*. Bogotá, Carlos Valencia.
- _____. (1994). *El problema de como investigar la realidad para transformarla por la praxis*. Colômbia, Tercer Mundo.
- _____. (2014). Ciencia, compromiso y cambio social. *Polis* [online], v. 13, n. 38, pp. 637-641. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v13n38/art29.pdf>. Acesso em: 3 jun 2021.
- BOUÇAS, C.; GOÉS, F. (2021). Vale e governo de Minas fecham acordo de R\$37,68 bilhões por Brumadinho. *Valor Econômico*. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/02/04/governo-de-mg-e-vale-fazem-audiencia-de-conciliacao-sobre-brumadinho.ghtml>. Acesso em: 2 jun 2021.
- CARRIERI, A. P.; MARANHÃO, C. M. S; MURTA, I. B. D. (2009). Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, pp. 1315-1342.
- CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. (2014). A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 49, n. 4, pp. 698-713.
- CEDEFES (2019). *Basta de incineração de resíduos tóxicos em Sarzedo, MG, pela empresa Ecovital*. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/basta-de-incineracao-de-residuos-toxicos-em-sarzedo-mg-pela-empresa-ecovital/>. Acesso em: 3 jun 2021.
- CERTEAU, M. (1994). *A invenção do cotidiano: 1 – Artes de fazer*. Petrópolis/RJ, Vozes.
- CHEWINSKY, M. (2019). Coordinating Action: NGOs and Grassroots Groups Challenging Canadian Resource Extraction Abroad. *Voluntas* 30, pp. 356-368. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11266-018-0023-x>. Acesso em: 3 jun 2021.
- CHOWDHURY R. (2021). Critical essay: (In)sensitive violence, development, and the smell of the soil: Strategic decision-making of what? *Human Relations*, v. 74, n. 1, pp. 131-152. DOI:10.1177/0018726719874863.
- COELHO, T. P. (2012). Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. *Revista Intratextos*, n. 3, pp. 128-146. DOI:10.12957/intratextos.2012.3140.
- _____. (2017). Minério-dependência e alternativas em economias locais. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 3, pp. 1-8. Disponível em: <https://www.uff.br/poemas/files/2017/04/Coelho-2017-Min%c3%a9rio-depend%c3%aancia-e-alternativas-em-economias-locais-Versos.pdf>. Acesso em: 3 jun 2021.
- CUNHA, A. M. B. M. da; GUEDES, G. B. (2017). *Mineração e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): o desafio da diversificação econômica em Itabira (MG)*. Rio de Janeiro, Cetem/MCTIC. (Série Estudos e Documentos, 94).
- CUNLIFFE, A. L. (2020). Reflexividade no ensino e pesquisa de estudos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 60, n. 1, pp. 64-69. DOI: 10.1590/s0034-759020200108.
- DAVIS, G. A.; TILTON, J. E. (2005). The resource curse. *Natural Resources Forum*, v. 29, n. 3, pp. 233-242.
- DIAS, A. L. F.; OLIVEIRA, L. F. (2018). *Violações de direitos e dano ao projeto de vida no contexto da mineração*. São Carlos, Scienza.

- ESCOBAR, A. (2005). "O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?" In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Colección Sur-Sur, Clacso.
- FATO, B. (2019) Acampamento do MST às margens do Paraopeba sente os | Direitos Humanos. Rádio *Brasil de fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/01/acampamento-do-mst-as-margens-do-paraopeba-sente-os-efeitos-do-rompimento-da-barragem>. Acesso em: 3 jun 2021.
- FERREIRA, A. G. C. (2015). *Mineração em serra tanto bate até que seca: a presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais*. Monografia. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- FREIRE, P. (2001). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo, Paz e Terra.
- FUSCH, P. I.; NESS, L. (2015). Are we there yet? Data saturation in qualitative research. *The Qualitative Report*, n. 20, pp. 1408-1416.
- GOLSTEIN, R. A; BARCELLOS, C.; MAGALHÃES, M. A. F.; GRACIE, R. V. F. (2013). A experiência do mapeamento participativo para a construção de uma alternativa cartográfica para a EFS. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 18, pp. 45-56.
- GUDYNAS, E. (2009). "Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual". In: *Extractivismo, política y sociedad*. Quito, Caap (Centro Andino de Acción Popular) y Claes (Centro Latino-Americano de Ecología Social), pp. 187-225. Disponível em: <http://www.redge.org.pe/sites/default/files/2009%20CLAES%20Extractivismo%20Politica%20y%20Sociedad.pdf>. Acesso em: 2 jun 2021.
- GUIMARÃES, C.; MILANEZ, B. (2017). Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 41, pp. 215-236.
- KRENAK, A. (2020). Entrevista: Ailton Krenak. Rádio *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/06/ailton-krenak-a-mineracao-nao-tem-dignidade-se-pudesse-continuaria-escravizando>. Acesso em: 2 jun 2021
- LARA, B. (2018). Os crimes de Bernardo Paz, idealizador do Inhotim: de grilagem a trabalho infantil. *The Intercept Brasil*. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/06/08/crimes-bernardo-paz-do-inhotim/>. Acesso em: 2 jun 2021.
- MBEMBE, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaio*, n. 32, pp. 127-151.
- MENDONÇA, M. C. (2019). Fim do minério em 2028: Vale omitiu de Itabira descoberta no pico do Cauê do mineral jacuntigaíta. *O Trem Itabirano*, Itabira, n. 160.
- NETO, J. (2017). Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. In: 38ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. *Anais...* São Luís/MA.
- PORTAL, D. (2021). Território e organizações da sociedade civil. *Portal Diálogos*. Disponível em: <https://portaldialogos.org.br/territorio-e-organizacao-da-sociedade-civil/>. Acesso em: 1º jun 2021.
- POZZEBON, M. (2018). From aseptic distance to passionate engagement: reflections about the place and value of participatory inquiry. *RAUSP Management Journal*, v. 53, n. 2, pp. 280-284. DOI: 10.1016/j.rauspm.2018.02.002.

- POZZEBON, M.; PETRINI, M. de C. (2013). “Critérios para condução e avaliação de pesquisas qualitativas de natureza crítico-interpretativa”. In: TAKAHASHI, A. R. W. *Pesquisa qualitativa em administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil*. São Paulo, Atlas.
- PROJETO universitário de Itabira avança com novos investimentos da Vale e Prefeitura na expansão do campus da Unifei (2019). Vila de Utopia, Itabira, MG, 23 out. Disponível em: <https://viladeutopia.com.br/projeto-universitario-de-itabira-avanca-com-novos-investimentos-da-vale-e-prefeitura-na-expansao-do-campus-da-unifei/>. Acesso: 11 nov 2019.
- SVAMPA, M. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo, Elefante.
- TEMPER, L.; DEMARIA, F.; SCHEIDEL, A.; DEL BENE, D.; MARTINEZ-ALIER, J. (2018). The Global Environmental Justice Atlas (EJAtlas): ecological distribution conflicts as forces for sustainability. *Sustainability Science*, v. 13, n. 3, pp. 573-584. DOI: 10.1007/s11625-018-0563-4.
- TUBINO, D.; DEVLIN, J. F.; YAP, N. (2011). “A busca pela responsabilidade socioambiental em Itabira (MG)”. In: *Recursos minerais & sustentabilidade territorial. Grandes minas*. Rio de Janeiro, Cetem/MCTI, v. 1. pp. 307-332.
- YILMAZ, K. (2013). Comparison of quantitative and qualitative research traditions: epistemological, theoretical and methodological differences. *European Journal of Education*, v. 48, n. 2, pp. 311-325.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (2010). “Conflitos ambientais”. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

Texto recebido em 17/ago/2021
Texto aprovado em 17/jan/2022